

História da política indigenista e da educação escolar indígena no estado do Pará

 Henrique de Moraes Junior^{1a}  Kôkôixumti Tembê Jathiati Parkatejê^{2b}
 Ivanilde Apoluceno de Oliveira^{3a}

^a Universidade do Estado do Pará – UEPA, Belém, PA, Brasil 

^b Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA, Castanhal, PA, Brasil



Para citar - (ABNT NBR 6023:2018)

MORAES JUNIOR, Henrique de; PARKATEJÊ, Kôkôixumti Tembê Jathiati; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. História da política indigenista e da educação escolar indígena no Estado do Pará. *Eccos - Revista Científica*, São Paulo, n. 72, p. 1-17, e26689, jan./mar. 2025. <https://doi.org/10.5585/2025.26689>

Resumo

O artigo tem por objetivo analisar a construção histórica da Política Indigenista e da Educação Escolar Indígena no Estado do Pará. A metodologia consiste em uma pesquisa bibliográfica e documental. Consiste também em um recorte de uma Dissertação de Mestrado e financiada pela Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Estado do Pará. A história da EEI no Pará perpassa através da regulamentação da Constituição Estadual do Pará e seus convênios de consolidação, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, da Formação de Professores Indígenas, do Conselho Estadual de Educação do Pará, da precariedade da EEI, da Categoria Escolar Indígena e da ausência de vontade política na realização plena da EEI no Pará. Portanto, deu-se por meio do Movimento Indígena através da semana, da carta, do encontro e do fórum de educação dos povos indígenas do Pará.

Palavras-chave: educação escolar indígena; estado do Pará; história; política

¹Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará (PPGED/UEPA). henriquemoraesjr@gmail.com

² Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (PPDRGEA/IFPA). tembe.jathiati10@gmail.com

³ Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). nildeapoluceno@gmail.com

History of indigenous policy and indigenous school education in the state of Pará

Abstract

The aim of this article is to analyze the historical construction of Indigenous Policy and Indigenous School Education in the state of Pará. The methodology consists of bibliographical and documentary research. It also consists of an excerpt from a Master's dissertation funded by the Amazon Foundation for Studies and Research in the State of Pará. The history of the EEI in Pará goes through the regulations of the Pará State Constitution and its consolidation agreements, the National Education Guidelines and Bases Law, Indigenous Teacher Training, the Pará State Education Council, the precariousness of the EEI, the Indigenous School Category and the lack of political will to fully realize the EEI in Pará. Therefore, it took place through the Indigenous Movement through the week, the letter, the meeting and the education forum of the indigenous peoples of Pará.

Keywords: indigenous school education; state of Pará; history; politics

Historia de la política indígena y de la educación escolar indígena en el estado de Pará

Resumen

El objetivo de este artículo es analizar la construcción histórica de la Política Indígena y de la Educación Escolar Indígena en el estado de Pará. La metodología consiste en una investigación bibliográfica y documental. También consiste en una sección de una disertación de maestría financiada por la Fundación Amazónica de Apoyo a la Investigación en el Estado de Pará. La historia de la IEE en Pará pasa por la reglamentación de la Constitución del Estado de Pará y sus acuerdos de consolidación, la Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional, la Formación del Maestro Indígena, el Consejo de Educación del Estado de Pará, la precariedad de la IEE, la Categoría Escuela Indígena y la falta de voluntad política para realizar plenamente la IEE en Pará. Por lo tanto, se llevó a cabo a través del Movimiento Indígena a través de la semana, la carta, la reunión y el foro de educación de los pueblos indígenas de Pará.

Palabras clave: educación escolar indígena; estado de Pará; historia; política

Introdução

O debate da Política Indigenista (PI) e da Educação Escolar Indígena (EEI) no Estado do Pará perpassa, a partir do século XX, com a regulamentação da Educação Escolar Indígena (EEI) através da Constituição Estadual do Pará com o fim da Ditadura Civil-Militar de (re)abertura (re)democrática na Constituição Federal brasileira, da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), da Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC/PA), da Companhia Vale do Rio Doce, do Projeto Parkatêjê, do Programa Raízes e do Plano Nacional de Educação (PNE).

Como também, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), do Magistério Indígena, do Conselho Estadual de Educação do Pará (CEE/PA), do Programa de Melhoria do Rendimento Escolar (FUNDESCOLA), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), da Formação de Professores Indígenas, da “I Semana dos Povos Indígenas do Pará” (ISPI/PA) da “Carta dos Povos Indígenas do Pará” (CPI/PA) e do Programa de Ações Articuladas (PAR).

Bem como do Censo Escolar, do “I Encontro Estadual de Educação Escolar Indígena do Pará” (IEEEEI/PA), da precariedade da Educação Escolar Indígena (EEI) no Estado do Pará, das Escolas Itinerantes, do Ensino Superior Indígena, das universidades públicas, do Plano do Programa de Ações Articuladas (PAR), do Plano Plurianual do Estado do Pará (PP/PA), do Curso de Formação de Professores Indígenas e das Regiões de Integração.

Por fim, da Política da Educação no campo e anexada, da Categoria Escolar Indígena, do Fórum Estadual Permanente de Educação Escolar Indígena do Estado do Pará (FEPEEI/PA), do Plano Estadual de Educação do Pará (PEE/PA), da Especialização Lato Sensu Indígena, do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Indígena e a vontade política da Educação Escolar Indígena (EEI) no Estado do Pará.

Deste modo, o objetivo deste estudo é analisar a construção história da Política Indigenista e da Educação Escolar Indígena no Estado do Pará. As reflexões aqui efetivadas são resultantes de uma Dissertação de Mestrado intitulada: “Educação Escolar indígena ‘Itaputyr’ Tembê Tenetehara e o Ensino de Filosofia: olhar decolonial e intercultural na Amazônia paraense”, defendida em 2021 pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará (PPGED/UEPA) e financiada pela Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará (FAPESPA).

O estudo parte de uma investigação centrada em fontes bibliográficas que são contribuições “dos diversos autores sobre determinado assunto” (Gil, 2008, p. 51). As principais referências são: Alencar (2016), Bergamaschi e Sousa (2015), Câncio (2017),

Conselho Indigenista Missionário (Cimi, 2017), Gonçalves (2010), Hage, Pereira e Brito (2013), Marra (2015), Oliveira e Albuquerque (2010), Paixão (2010), Rodrigues (2019), Silva (2020) e Troncarelli e Rocha (2010) e a análise documental expõe o aporte de “toda base de conhecimento fixado materialmente e suscetível de ser utilizado para consulta, estudo ou prova” (Pádua, 2004, p. 69).

Os principais documentos são: Conselho Estadual de Educação do Pará (Cee/pa, 2014; 2010), Pará (Pará, 1989) e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (Secad/mec, 2007)

Infere-se que a história da Política Indigenista (PI) e da Educação Escolar Indígena (EEI) no Estado do Pará deu-se na construção através do Movimento Indígena por meio da organização reivindicatória na semana e da carta dos povos indígenas, do encontro estadual e do fórum permanente da Educação Escolar Indígena (EEI) no Estado do Pará.

O artigo encontra-se organizado em cinco seções. A primeira “Regulamentação e o Convênio da Política Indigenista na Educação Escolar Indígena no Estado do Pará”. A segunda “Magistério Indígena, Política Pública e Movimento Indígena”. A terceira “Censo Escolar, Encontro de Educação, Precariedade e Escolas Itinerantes”. A quarta “Ensino Superior, Ações Articuladas, Normas, Categoria, Fórum, Curso, Ausência de Vontade Política, Imprecisão e Regulamentação Escolar Indígena” e a quinta “Considerações Finais”.

Regulamentação e o convênio da política indigenista na educação escolar indígena no Estado do Pará

A ação construtiva da Política Indigenista (PI) e da Educação Escolar Indígena (EEI) no Brasil é marcada, desde o século XVI-XVII do período de colonização, como um modelo de educação diferenciado, que tem sido fomentado, a partir das últimas décadas do século XX no Estado do Pará de forma muito inicial (Silva, 2020; Alencar, 2016).

Em razão disso, segundo Silva (2020) e Alencar (2016) a escolarização acontecia por meio do deslocamento de professores não indígenas às aldeias com os cursos ofertados pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e pela Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC/PA).

Assim, a regulamentação da Educação Escolar Indígena (EEI) no Estado do Pará ocorreu com a (re)abertura (re)democrática, com o fim do regime da Ditadura Civil-Militar e da Carta Magna da Constituição Federal brasileira.

Nesse sentido, os estados brasileiros foram impelidos às pactuações das novas constituições, conforme os princípios e os direcionamentos da promulgação de 1988; inclusive, no Estado do Pará, a nova Constituição do Estado do Pará foi promulgada em 5 de outubro de 1989 (Rodrigues, 2019).

Segundo Rodrigues (2019) a Constituição do Estado do Pará (1989), no artigo 230 inciso III-b), assegura a preservação das reservas indígenas e no inciso III-c), o respeito ao equilíbrio ambiental, bem como, a manifestação cultural indígena tomada como patrimônio paraense (artigo 286, do inciso VI-a e VI-b). Deste modo, ao ter consciência ecológica do ecossistema amazônico, também permitindo a oferta do Ensino Religioso de Matriz Indígena (artigo 277 no inciso II e §1º).

Nesse sentido, assegurar o respeito consciente da Constituição do Estado do Pará somente é possível pela garantia dos seus direitos originários sobre as terras que, tradicionalmente, ocupam as suas culturas, organizações sociais, costumes, línguas, crenças e tradições sendo promovida a proteção pelo Estado do Pará e pelos municípios evidenciados no Capítulo IX – “Dos Índios”, da Constituição do Estado do Pará (1989).

Ainda Rodrigues (2019) afirma, no que tange o campo da Educação Básica, que a Constituição do Estado do Pará de 1989 evidencia, de modo geral, que os municípios atuarão no Ensino Fundamental, bem como, na Educação Infantil e o Estado do Pará atuará no Ensino Fundamental e Médio.

Porém, vale ressaltar, que a Constituição do Estado do Pará (1989) não estabeleceu de forma consistente a responsabilidade específica da Educação Escolar Indígena (EEI) como também não registrou os conceitos de bilinguismo e de interculturalidade, apesar de fomentar a proteção aos povos originários e as suas culturas, organizações sociais, costumes, línguas, crenças e tradições (Rodrigues, 2019).

Segundo Paixão (2010) a Educação Escolar Indígena (EEI) bilíngue deve ser oferecida para os povos que possuem interesse em sua língua materna, como resgate por estar perdendo espaço à língua portuguesa, assim o intercultural é a garantia escolar de uma educação que considere importante a relação entre as culturas do branco e da indígena sem supervalorização entre ambas.

Paixão (2010) destaca também, a importância da educação específica, diferenciada, comunitária e autônoma sobre a organização escolar com uma gestão de autodeterminação e de Projeto Político-Pedagógico (PPP) que valorize sua realidade política, cultural, social,

econômica, língua, modo de vida, tempo e espaço, processos de aprendizagens, curriculares e financeiros.

Dessa forma, as políticas indigenistas e da Educação Escolar Indígena (EEI), de 1989, têm seu início de consolidação por meio de um convênio realizado entre a Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC/PA), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a Companhia Vale do Rio Doce e o Povo Parkatêjê que resultou no “Projeto Parkatêjê” (Silva, 2020; Câncio, 2017).

Em 2000, foi criado o “Programa Raízes” através do Decreto N° 4.054 articulando o Governo do Estado do Pará às demandas dos povos indígenas e das comunidades quilombolas em respeito às suas diferenças, com as implementações de medidas socioeconômicas, ambientais, culturais, educacionais e de saúde, favorecendo o desenvolvimento desses povos no Estado do Pará (Silva, 2020; Câncio, 2017).

Segundo Silva (2020) com o Plano Nacional de Educação (PNE) da Lei N° 10.172 de 2001, exige-se dos estados e dos municípios maior responsabilidade sobre a modalidade da Educação Escolar Indígena (EEI) com diretrizes, metas e objetivos por meio dos planos estaduais de educação.

Magistério indígena, política pública e movimento indígena

Nesse caminho, no ano de 2003, com a Lei N° 9.304 de 1996 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC/PA) tenta atender o magistério com uma proposta de formação de professores indígenas, porém o currículo possuía uma proposta comum às diversidades étnicas, sendo aprovada pelo Conselho Estadual de Educação do Pará (CEE/PA) (Silva, 2020; Troncarelli; Rocha, 2010).

O desenvolvimento dessa formação, no biênio entre 2003 e 2004, pela Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC/PA), atendeu 134 professores indígenas e com o Programa de Melhoria do Rendimento Escolar (FUNDESCOLA), 7.661 alunos indígenas (Silva, 2020; Marra, 2015).

Em 2005, foram formados 45 professores indígenas por meio dos polos de Belém, de Marabá e de Redenção, tendo apoio econômico do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) atendendo 2.191 alunos; e em 2006, mais 89 professores e 4.059 alunos atendidos nos polos de Jacareacanga e de Oriximiná (Silva, 2020; Marra, 2015).

Em 2006, a Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC/PA) formou 84 professores, por meio do Curso Normal em Nível Médio com os povos Wai-wai, Tembê,

Atikum, Amanayé, Anambé, Assurini Aikewara, Akranpikatejê, Guarani, Karajá, Kuikatejê, Xikrin, Parkatejê e Javaé com o apoio da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) I/Marabá e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Oriximiná (SEMEC/ORI). E, pela Associação Carlo Ubialli (ACU), formou 19 professores através do Projeto de Formação Continuada de Professores Tembê (Secad/mec, 2007).

Silva (2020), Câncio (2017) e Marra (2015) destacam também que, em 2007, a Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC/PA) formou por meio dos cursos de professores os Teneteharas e os Wai-Wai's da Terra Indígena Nhamunda/Mapuer, bem como da região de Santarém.

No mesmo ano realizou-se no Estado do Pará a “I Semana dos Povos Indígenas do Pará” (ISPI/PA) elaborando a “Carta dos Povos Indígenas do Pará” (CPI/PA) a qual foi entregue ao Governo do Estado do Pará, que (re)afirmou as ações relacionadas à Educação Escolar Indígena (EEI) apoiadas pelo Programa de Ações Articuladas (PAR) do Governo Federal brasileiro (Silva, 2020, Câncio, 2017; Marra, 2015).

Silva (2020) e Câncio (2017) criticam que, além da formação dos professores indígenas ser inicial, existe uma ausência e silenciamento do Estado do Pará em relação ao fortalecimento da execução das políticas públicas de forma continuada, sendo que a demanda cresce diariamente, o que denuncia a precariedade e a forma de promoção da Educação Escolar Indígena (EEI) no Estado do Pará.

Censo escolar, encontro de educação, precariedade e escolas itinerantes

Segundo Paixão (2010), o Censo Escolar de 2007 registrou no Estado do Pará cerca de 10.875 estudantes indígenas, o que evidência por meio da Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC/PA) um crescimento de 40% (quarenta por cento) em relação a 2003, tendo sua maior concentração no Ensino Infantil e no Ensino Fundamental. Em contrapartida teve sua menor oferta no Ensino Médio tornando-se uma das reivindicações dos povos originários paraenses.

Ainda com Paixão (2010), o EDUCACENSO por volta de abril de 2008 evidencia a existência do registro de somente 156 matrículas em creches, as quais tiveram pela primeira vez os números computados.

Em relação aos professores que atuam na Educação Escolar Indígena (EEI), os dados ainda não se evidenciam exatos por conta da burocratização da municipalização e a ausência de preparo para atender essa modalidade Escolar Indígena, como de coordenadorias, ainda

(re)correndo à Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC/PA) ao sanar dúvidas ou intervir em situações como formação de professores (Paixão, 2010).

Porém destaca-se que a maioria dos professores que atuam na 1ª a 4ª séries já são indígenas, entretanto, no Ensino de 5ª a 8ª séries, pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos professores ainda é não indígena. Há um Programa “Magistério Indígena” pela Secretaria de Estado da Educação do Pará (SEDUC/PA), que pretende em um ano e meio formar pelo menos 60 professores indígenas (Paixão, 2010).

Nesse contexto, em 2008 realizou-se no Pará, o “I Encontro Estadual de Educação Escolar Indígena do Pará (IEEEEI/PA)” reunindo as comunidades indígenas, as lideranças, os professores, os representantes das universidades públicas do Estado do Pará (UEPA), da Federal do Pará (UFPA), do Conselho Estadual de Educação do Pará (CEE/PA) e coordenadores municipais (Paixão, 2010; Silva, 2020).

Segundo Paixão (2010) e Silva (2020) este encontro teve o objetivo de aperfeiçoar e de fortalecer as escolas indígenas com o regime intercultural, bilíngue, comunitário, autônomo, específico e diferenciado nos processos de ensino-aprendizagem, bem como ofertando, em 2009, o Ensino Médio.

Todavia, vale destacar, que esses processos de ensino-aprendizagem são precários:

a situação das estruturas físicas das escolas indígenas é, em muitos casos, calamitosa pela falta de prédios adequados; por graves problemas estruturais em prédios mal construídos; falta de manutenção; construções em desacordo com as solicitações dos povos e que, muitas vezes, ferem os padrões culturais dos mesmos; além de, frequentemente, não haver equipamentos necessários para o funcionamento da escola (Cimi, 2017, p. 55).

No Pará, as escolas com estrutura física relativamente “boas” estão, em sua maioria, anexas ao Estado do Pará como no caso dos povos Gavião e Tembê Tenetehara.

No entanto:

na aldeia Guamá, entre os Tembê, em 2010 teve início a construção de uma grande escola. Em 2011, com a troca de governo, a construção foi abandonada, desperdiçando-se aproximadamente R\$ 200 mil de recursos públicos. Não há nenhuma previsão de retomada da construção. Na aldeia Trocará, do povo Asurini, há um complexo escolar em boas condições mantido pelo município de Tucuruí. Esta realidade não é encontrada nas demais aldeias deste povo, onde as salas de aulas estão sem condições adequadas para o funcionamento. As escolas mais precárias estão entre os Amanayé e, no Rio Xingu, entre os povos Xipayá, Juruna e Arara Ugorogmo (Cimi, 2017, p. 58-59).

Deste modo, as aldeias possuem ausência de estrutura escolar física, da estética indígena e recursos pedagógicos para sua efetivação com qualidade, encontrando alternativas com o

caráter modular, ou seja, ligadas às “Escolas Itinerantes”⁴ que fomentou por meio da Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC/PA) cursos para as comunidades indígenas (Gonçalves, 2010; Silva, 2020).

Porém, segundo Marra (2015, p. 138):

o seu projeto, enquanto realidade vivenciada, desentranha as malhas de uma institucionalidade complexa, típica da contemporaneidade que evidencia descompassos (e sobretudo, descontinuidades) entre culturas indígenas, demandas por serviços educacionais diferenciados e modelo institucional racional-burocrático próprio às instituições ocidentais, e isso principalmente por se realizar em sua matriz de modo descontextualizado aos grupos indígenas.

Ensino superior, ações articuladas, normas, categoria, fórum, curso, ausência de vontade política, imprecisão e regulamentação escolar indígena

No Estado do Pará, o Ensino Superior Indígena tem sido promovido pelas universidades públicas, tais como: a Universidade Federal do Pará (UFPA), a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), o Instituto Federal do Pará (IFPA), a Universidade do Estado do Pará (UEPA), a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) e a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) por meio das políticas afirmativas de vagas e de processos seletivos específicos, porém estes vêm sendo marcados por certo distanciamento das identidades indígenas com soluções prontas e pouco diálogo com os principais interessados (Silva, 2020; Hage; Pereira; Brito, 2013).

Afinal, a diversidade indígena evidencia-se a partir dos diferentes ambientes em que esses povos habitam, como no litoral, na cidade, na Amazônia, no Sertão, no Pantanal, no Pampa, na Floresta e no Cerrado trazendo diferentes formas de interação com a natureza, a urbanidade, a sobrevivência, o costume, a educação e a crença que devem ser levados em consideração e respeitados nas diversas formas de ensino com os povos originários ao enfrentar também a visão universalista acadêmica (Oliveira; Albuquerque, 2010).

Assim, são necessários parâmetros que levem em consideração as especificidades das realidades das comunidades indígenas, começando a ser possível, a partir de 2008 até 2011 por meio do Plano do Programa de Ações Articuladas (PAR) vinculado ao Ministério da Educação (MEC), ao considerar no Plano Plurianual do Estado do Pará (PP/PA) (Silva, 2020):

⁴ “nome genérico dado ao projeto do governo estadual para escolarização em ensino médio e formação de professores indígenas com vistas a atuar na Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental” (Silva, 2020, p. 107).

para que o PAR-Indígena fosse instituído foi necessário o estabelecimento de acordos institucionais, entre eles, a assinatura do Termo de Adesão ao Compromisso do Plano de Metas Todos Pela Educação. O Termo foi assinado pelas Secretarias Municipais de Educação, Secretaria de Estado de Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/MEC e Fundação Nacional do Índio-FUNAI. Cada Instituição comprometeu-se em qualificar a educação básica intercultural oferecida nas aldeias indígenas no Estado do Pará (Alencar, 2016, p. 19).

Silva (2020), Bergamaschi e Sousa (2015) destacam a importância da Universidade do Estado do Pará (UEPA) com a política afirmativa de execução do Curso de Formação de Professores para atuar na Educação Básica com as áreas de ciências humanas, sociais, naturais, linguagens e artes, na qual é ofertado por meio da modalidade Intercultural Indígena, que considera as “Regiões de Integração”⁵ e respeita a diversidade dos processos de ocupação social, econômico e interações físicas entre esses municípios e os territórios etnoeducacionais, no (re)conhecimento das identidades étnicas, bem como a gestão autônoma dos processos escolares indígenas.

Em 2010, Rodrigues (2019) afirma que por meio da Resolução do Conselho Estadual de Educação do Pará (CEE/PA) – Nº 001 de 2010 foram viabilizadas as normas de ação à Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino do Pará, que assegura às comunidades originárias a utilização de suas línguas maternas e de processos próprios de aprendizagens; bem como, na oferta da Educação Escolar Indígena (EEI) na valorização da cultura, da afirmação e da manutenção de sua diversidade étnica, ao (re)conhecer como escolas com normas e ordenamentos próprios de língua e de organização escolar (Cee/pa, 2010).

Entretanto, a Educação Escolar Indígena (EEI) ficou submetida à Educação do campo e da Política de anexação, pois isso evidencia a ausência de vontade política com essa modalidade de educação, ao não garantir recursos e (re)produzirem as precariedades e descasos educacionais (Rodrigues, 2019).

Destaca ainda Rodrigues (2019) que, pela Resolução do Conselho Estadual de Educação do Pará (CEE/PA) – Nº 001 de 2010, ficou acordado também o reforço e assegurado às comunidades indígenas a definição da organização, da gestão e da construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP), tendo por base os conteúdos curriculares diversificados indígenas, os modos próprios de constituição epistemológica e da cultura indígena.

Nesse sentido, bem como da organização das atividades escolares além do ano civil, ao respeitar o fluxo das ações econômicas, sociais, culturais e religiosas indígenas, da consolidação

⁵ “A atual regionalização do Estado do Pará em doze (12) regiões de integração surgiu de um estudo que teve início em abril de 2003; sua institucionalização foi originalmente estabelecida através da Resolução nº 002 do Colegiado de Gestão Estratégica, em 05 de fevereiro de 2004, em obediência à Lei Nº 6212, de 28 de abril de 1999. A Regionalização de Integração foi alterada pelo Decreto nº. 1.066, de 19 de junho de 2008. As Regiões de Integração do Estado do Pará são: Araguaia, Baixo Amazonas, Carajás, Guamá, Lago de Tucuruí, Marajó, Metropolitana de Belém, Rio Caeté, Rio Capim, Tapajós, Tocantins, Xingu” (Silva, 2020, p. 108).

da modalidade regular e administrativa da Categoria Escolar Indígena no Sistema Estadual de Ensino do Pará como unidades próprias, autônomas e específicas; e do fomento, do exercício e da Formação Docente Indígena, como também, o serviço e o estímulo da construção do material-didático próprio (Cee/pa, 2010).

Segundo Rodrigues (2019), para garantir a realização da Resolução do Conselho Estadual de Educação do Pará (CEE/PA) – N° 001 de 2010 que foi conquista dos movimentos sociais, associações e lideranças indígenas, da sociedade civil e das universidades públicas do Pará (UFOPA, UEPA, UFPA, IFPA, UFRA e UNIFESSPA), estabeleceu-se o Fórum Estadual Permanente de Educação Escolar Indígena do Estado do Pará (FEPEEI/PA).

Em 2012, a Universidade do Estado do Pará (UEPA) ofereceu as primeiras turmas do Curso Intercultural Indígena para os povos Gavião, Sarui Aikewara e Tembê-Guamá que concluíram em 2016. Em 2013, novas ofertas de turmas foram criadas para atender os povos indígenas Wai-Wai e os povos da região de Tapajós de Arapyú-Santarém (Borari, Munduruku, Maró entre outros) (Silva, 2020).

O Fórum Estadual Permanente de Educação Escolar Indígena do Estado do Pará (FEPEEI/PA), através da Resolução de 2014 do Conselho Estadual de Educação do Pará (CEE/PA) – N° 398, consolida-se tendo como principais objetivos e finalidades: debater os limites estaduais, propor melhorias de seus resultados e realizar ouvidoria; elaborando documento que subsidiou o Conselho Estadual de Educação do Pará (CEE/PA) na melhoria da Educação Escolar Indígena (EEI). Este Fórum também tem por tarefa subsidiar os órgãos normativos, executivos nas questões políticas e diretrizes educacionais (Cee/pa, 2014).

Desta forma, o Fórum Estadual Permanente de Educação Escolar Indígena do Estado do Pará (FEPEEI/PA) é importante por consistir em instância de debate, de subsídio e do controle democrático de monitoramento dessa educação no Pará (Rodrigues, 2019).

Em 2015, o Estado do Pará estabeleceu metas à universalização da Educação Escolar Indígena (EEI) com o Plano Estadual de Educação do Pará (PEE/PA) e a Lei N° 8.186 de 2015, sendo pactuado que até o quinto ano do Plano Estadual de Educação do Pará (PEE/PA) há a consolidação e sendo assegurado o desenvolvimento sustentável e de preservação da identidade, como também a participação indígena na organização pedagógica, na gestão institucional, nas práticas socioculturais e nas suas formas particulares de tempo (Rodrigues, 2019).

No mesmo ano, ingressou na Licenciatura Intercultural da Universidade do Estado do Pará (UEPA) a turma Kayapó; e, em 2016, os Asurini do Trocará, Tapajós Arapyú-Caruci, Tembê-Gurupi (Silva, 2020).

Por meio da Resolução de N° 201, o Conselho Estadual de Educação do Pará (CEE/PA) em 2017, estabelece o número mínimo de 12 alunos por turmas na Educação Escolar Indígena (EEI), causando uma contradição entre o estímulo e a imposição na formação de turmas. Nesse sentido, diminui o quadro de servidores e há uma agressiva enturmação (Rodrigues, 2019).

Assim, na tentativa de garantir a ampliação de formação, o curso Intercultural Indígena da Universidade do Estado do Pará (UEPA) ofertou, em 2018, a Especialização “Lato Sensu” para os povos Gavião e Surui, em Marabá; e, para o Povo Tembê, em São Miguel do Guamá. Em 2019, criou o Programa de Pós-Graduação em Nível de Mestrado para ser realizado em Belém e Santarém (Rodrigues, 2019).

Porém Silva (2020) e Paixão (2010) nos alertam que embora a Educação Escolar Indígena (EEI) tenha avançado nas políticas públicas há imprecisões da atuação dos professores indígenas nas escolas, causado pelo sistema de contratação, de instabilidade e de distrato (re)corrente das prefeituras e da Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC/PA).

Visto isto, há cerca de 95% (noventa e cinco por cento) de professores não indígenas atuando na Educação Escolar Indígena (EEI) que, na maioria das vezes, não possuem conhecimento sobre os povos indígenas, o que dificulta uma Educação Intercultural, cuja causa é a falta de formação adequada (Silva, 2020; Paixão, 2010).

Assim, evidenciam-se as complexidades na vontade política de garantir os direitos da Educação Escolar Indígena (EEI), cujas demandas são diversas no cenário cultural, sendo que essa modalidade tem atendimento em 27 municípios, em 105 escolas municipais e 11 estaduais com cerca de 50.000 indígenas, de 55 etnias e 28 línguas (Silva, 2020; Marra, 2015; Troncarelli; Rocha, 2010).

Essa complexidade aprofunda-se ainda com a ausência de regularização das escolas indígenas e a garantia de recursos ao fortalecer a qualidade dessa modalidade de educação. Destaca-se que no Nordeste do Pará, entre o Povo Tembê Tenetehara do Guamá:

há seis escolas, sendo que uma está localizada na aldeia São Pedro e é reconhecida como Escola Indígena, contando com duas salas anexas nas aldeias Jacaré e Frasqueira. Segundo as lideranças, o processo de regularização foi iniciado em 2002 e a escola foi reconhecida em 2007, porém os indígenas nunca tiveram em mãos qualquer documento que confirmasse tal situação. O mesmo processo de regularização está se dando na aldeia Sede, onde está localizada uma escola central que tem duas outras salas anexas a ela, nas aldeias Pinoá e Ituaçu. Estas escolas são administradas pelo governo do estado do Pará, através da Unidade Regional de Educação (URE) de Capitão Poço (Cimi, 2017, p. 52).

Entre o Povo do Oeste do Pará, em Santarém:

há 36 escolas. O povo Munduruku tem 16 escolas, todas administradas pelos municípios sedes. Nenhuma está oficializada como escola indígena e elas são tratadas como escolas rurais. Em 24 de janeiro de 2014, o Ministério Público Federal, em Santarém, recomendou que o estado regularizasse a situação das escolas indígenas nessa região, assumindo-as como estaduais (Recomendação/3/Ofício/PRM/STM nº 1, 24 de janeiro de 2014) (Cimi, 2017, p. 52).

Entre o Povo do Xingu:

são 30 escolas indígenas, todas anexas aos municípios sedes de Altamira, Senador José Porfírio e Placa. Altamira detém o maior número de escolas indígenas da região, com aproximadamente 27 unidades entre os povos Arara Ugurogmo, Arara do Laranjal, Assurini, Xipaia Kuraia, Parakanã, Araweté, Xikrin do Bacajá, Kararaô, Juruna e Arara da Volta Grande (Cimi, 2017, p. 52).

Entre o Povo de Redenção, os “Kayapó da aldeia Las Casas, há duas escolas e nenhuma é reconhecida como indígena. São mantidas pelo município de Redenção” (Cimi, 2017, p. 52) e no Sudoeste do Pará:

são 17 escolas, destas, 15 são administradas pelos municípios nos quais estão circunscritas geograficamente. Não é raro encontrar nos estudantes o desejo de que suas escolas pertençam ao estado em vez de ao município. Contudo, há também comunidades que preferem ficar anexas ao município. As outras três escolas pertencem ao povo Gavião, que conta com uma escola oficialmente reconhecida como Escola Indígena e as demais são salas anexas a ela. Atualmente lutam para que as salas anexas tenham autonomia e sejam também reconhecidas (Cimi, 2017, p. 52).

Cabe destacar que, por questões de acesso territoriais, o Estado do Pará não atende as terras indígenas do Parque do Tumucumaque e do Rio Paru D’Este, por estarem vinculadas ao Estado do Amapá; como também os Panaras atendidos pelo Estado do Mato Grosso e os indígenas da Terra Mëkragnotire, vinculados ao Município de Garantã (Silva, 2020; Marra, 2015).

Segundo Paixão (2010) e Silva (2020) essa complexidade aprofunda-se com as condições das escolas indígenas precárias, tanto no aspecto estrutural como pedagógico, por ter a maioria dos municípios e dos estados sem preparo para atender essa modalidade escolar e

poucas com Coordenação Indígena, como as das cidades de Santarém, de Paragominas, de Parauapebas e de Marabá.

Para o Cimi (2017, p. 86), no Sudeste do Pará, há 12 escolas com 30 professores indígenas que ensinam do 1º ao 5º ano:

destes, dez professores são contratados pela Semec de seus municípios. Os outros 20 são contratados pelo estado, que administra as três escolas do povo Parkatejê. A formação fica por conta da Seduc que realiza cursos em Marabá. Esses cursos acontecem com um calendário irregular, ocupam o período letivo e não são previamente divulgados, de modo que prejudicam a programação dos professores. Os demais professores são não indígenas que atuam do 6º ao 9º ano, mas não fizeram um curso preparatório.

No Oeste do Pará, há 17 escolas com 66 professores indígenas dos povos Tupinambá, Tupaiu, Maitapu, Arara, Tapajó, Kumaruara, Jaraqui e Carapreta:

destes, 62 são contratados pelos municípios e quatro ainda não estão contratados. Eles são indicados por suas comunidades ou por suas lideranças. Há casos de professores não indígenas indicados pelo município pelo critério de viver na aldeia ou porque fizeram concurso do município. Todos os professores estão em processo de formação em Magistério Indígena, Ensino Médio propedêutico ou Ensino Superior (Cimi, 2017, p. 86).

No Nordeste do Pará, entre os Tembês Teheteharas do Guamá, existem seis escolas com cerca de 500 alunos com atuação de 16 professores indígenas contratados:

todos passaram pelo processo de formação permanente, através do programa de formação de Ensino Médio, habilitação Magistério da Seduc. Atualmente esses professores estão em formação em áreas específicas no curso de Ensino Superior oferecido pela Universidade do Estado do Pará (Uepa). Esses professores indígenas são responsáveis pela formação no ensino do 1º ao 5º ano. Os dois diretores, os 12 serventes e as três secretárias são indígenas, o que é uma situação recente, de três anos para cá. Os professores não indígenas são 21, sendo que 11 deles atendem às escolas das aldeias Sede e dez atendem às escolas das aldeias São Pedro e Frasqueira, todos no Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano. Em relação às disciplinas arte e língua indígena, são os professores indígenas que lecionam. Há um grande rodízio de professores não indígenas devido à alta taxa de desistência do trabalho ou porque não correspondem aos anseios das comunidades (Cimi, 2017, p. 86-87).

Porém, percebe-se que não dão conta de oferecer uma educação diferenciada, específica e de qualidade por conta da falta de recursos financeiros, humanos, cunho político-ideológico e dificuldade dos cursistas na formação dos professores em relação ao domínio da língua portuguesa (Marra, 2015; Troncarelli; Rocha, 2010; Silva, 2020).

Considerações finais

Portanto, no século XX a Política Indigenista (PI) e a Educação Escolar Indígena (EEI) no Estado do Pará iniciou-se, sua regulamentação realiza-se com a Constituição brasileira de 1988 e paraense de 1989 garantindo os direitos originários, bem como, educacionais mesmo de forma inconsistente tentaram sua consolidação com os convênios entre a Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC/PA), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a Companhia Vale do Rio Doce, o “Projeto Parkatêjê” e o “Programa Raízes”.

Em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC/PA) forma no Magistério Indígena professores com um currículo comum com apoio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), realizou-se também, a semana dos povos indígenas com sua carta e com apoio do Programa de Ações Articuladas (PAR), porém essas políticas marcam descontinuidades para a consolidação da Educação Escolar Indígena (EEI) no Pará.

Em 2007, o Censo Escolar registrou de forma geral uma crescente de alunos indígenas nas modalidades de ensino, bem como, a maioria dos professores do Ensino Infantil são indígenas, porém do Ensino Fundamental. Consequentemente no Ensino Médio são de professores não indígenas e nesse contexto para fortalecer a Educação Escolar Indígena (EEI) no Pará houve o encontro de educação, mas a Educação Escolar Indígena (EEI) no Estado é precária tentando ser amenizada com as Escolas Itinerantes.

As universidades públicas do Estado do Pará promovem o Ensino Superior Indígena marcados ainda com pouco diálogo com os originários começando a ser possível com o Programa de Ações Articuladas (PAR) e o Plano Plurianual do Estado do Pará (PP/PA), porém a Educação Escolar Indígena (EEI) no Pará ainda é marcada pela categoria de educação do campo e de anexação, mas pela Resolução N° 001 de 2010 do Conselho Estadual de Educação do Pará (CEE/PA) houve a regularização da Categoria Escolar Indígena.

A Categoria Escolar Indígena vem sendo fortalecida pelo Fórum Estadual Permanente de Educação Escolar Indígena do Estado do Pará (FEPEEI/PA) com acesso dos originários ao curso Intercultural Indígena ofertado pelas universidades públicas do Estado do Pará, entretanto, a realização da Educação Escolar Indígena (EEI) no Pará é marcada pela ausência de vontade política, imprecisão e regulamentação escolar indígena, assim não garantindo plenamente os direitos constitucionais e estaduais desta categoria escolar.

Infere-se que essas transformações históricas da Política Indigenista (PI) na Educação Escolar Indígena (EEI) no Estado do Pará deu-se pela construção do Movimento Indígena por

meio da semana e da carta, como também do encontro estadual e do fórum permanente da Educação Escolar Indígena (EEI) no Pará.

Nota dos autores

Conflito de interesse: Os autores não declararam quaisquer potenciais conflito de interesse

Autor Correspondente: Henrique de Moraes Junior - henriquemoraesjr@gmail.com

Agradecimentos: À ancestralidade Tembê Tenetehara e aos aldeões da Aldeia Zawara Uhu da Terra Indígena Alto Rio Guamá pela confiança e a FAPESPA por incentivar a pesquisa no Estado do Pará.

Agência Financiamento: Fundação Amazônia de Amparo à Estudos e Pesquisas do Estado do Pará (FAPESPA). - Número do Financiamento: 005/2019

Referências

ALENCAR, J. C. P. M. *Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena*. Belém: UEPA, 2016.

BERGAMASCHI, M. A; SOUSA, F. B. S. Territórios Etnoeducacionais: ressitando a educação escolar indígena no Brasil. *Revista Pro-Posições*, São Paulo. v. 26, n. 2, p.143-161, Set./Ago. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-7307201507709>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2025.

CÂNCIO, R. N. P. *Para Além da Aldeia e da Escola: um estudo decolonial de aquisição da língua portuguesa pelos indígenas Wai-Wai da aldeia Mapuera, Amazônia brasileira* (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARÁ (CEE/PA). *Resolução 398/2014: Constitui e disciplina o Fórum Estadual Permanente de Educação Escolar Indígena*. Belém: CEE, 2014.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PARÁ (CEE/PA). *Cadernos EducaAmazônia: Legislação do Conselho Estadual de Educação 2010*. Belém-PA: CEE/Unicef Belém, 2010.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). *Por uma Educação Descolonial e Libertadora: manifesto sobre a educação escolar indígena no Brasil*. Brasília: CIMI, 2017.

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, R. F. *Autonomia e Sustentabilidade Indígena: entraves e desafios das políticas públicas indigenistas no estado do Pará entre 1988 e 2008*. NAEA/UFPA: Belém, 2010.

HAGE, S. A. M; PEREIRA, R. A. G.; BRITO, M. M. B. Educação Superior e Democratização: o acesso de populações negras, indígenas e do campo no ensino superior na Amazônia paraense. *Revista Temas em Educação*, João Pessoa, v. 22, n. 2, p. 83-102, Jul./Dez. 2013. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/17788/10151>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2025.

MARRA, M. L. M. P. “*Escola Itinerante*”: uma experiência de formação de professores indígenas no estado do Pará, Brasil (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

OLIVEIRA, I. A; ALBUQUERQUE, M. B. B. Filosofia, Cultura e Educação Indígena. In: HENNING, L. M. P (Org.), *Pesquisa, Ensino e Extensão no Campo Filosófico-Educacional: debate contemporâneo sobre a educação filosófica*. Londrina: EDUEL, 2010.

PARÁ. *Constituição do Estado do Pará*. Belém: Câmara Legislativa Estadual, 1989.

PAIXÃO, A. J. P. *Interculturalidade e Política na Educação Escolar Indígena na Aldeia Teko Haw – Pará* (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

PÁDUA, E. M. M. *Metodologia da Pesquisa: abordagem teórico prática*. 13. ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.

RODRIGUES, G. C. L. A Normatização da Educação Escolar Indígena de Santarém à Luz da Legislação do Estado do Pará e do Brasil. *Revista Cocar*, Belém, v. 13, n. 27, p. 1094-1114, Ago./Dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.31792/rc.v13i27>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2025.

SILVA, G. R. M. *Educação e Culturas do Povo Tembê: representações sociais e implicações identitárias* (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, AFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (SECAD/MEC). *Educação Escolar Indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola*. Brasília-DF: MEC, 2007.

TRONCARELLI, M. C. C; ROCHA, F. C. *Relatório de Avaliação do Cumprimento das Metas da Educação Escolar Indígena do Plano Nacional de Educação no Estado do Pará, abril de 2010*, 2010. (mimeo).